

**PAYASSU, MAGISTER GENTIUM: EMBLEMÁTICOS SUSPIROS DAS MISSÕES
AMAZÓNICAS NAS EXÉQUIAS DE PADRE ANTÓNIO VIEIRA**

Filipa Araújo

RESUMO

Tendo em conta a importância de Padre António Vieira no contexto do património cultural do universo lusófono, propõe-se uma reflexão sobre o papel da emblemática nas exéquias celebradas na Igreja de S. Roque, no enquadramento da ampla difusão dos modelos logocónicos nas festividades no século XVII e tomando como referência a particular relevância da linguagem mista no seio da Companhia de Jesus. Propõe-se, assim, uma interpretação do sentido das representações das missões amazónicas no programa iconográfico das cerimónias fúnebres de 1697, à luz dos testemunhos deixados por Vieira, de modo a compreender o efeito retórico pretendido com o aparato festivo organizado por D. Francisco Xavier de Meneses, avaliando o seu contributo para a preservação da memória vieirina.

Palavras-chave: emblemas, exéquias, Amazonas, missões jesuítas, Padre António Vieira

ABSTRACT

Recognizing Father António Vieira's importance in the context of the cultural patrimony of the Lusophone universe, this study proposes a new approach on the role performed by emblematic devices at the funeral ceremonies held in the Church of Saint Roch, taking into account the wide divulgation of logo-iconic models within 17th century festivities and the special relevance of the bimedial language in the Jesuit colleges. It is suggested, therefore, a semantic interpretation of the iconographic representations of the Jesuit missions along the Amazon river used on that funeral ceremonies, in the light of Vieira's texts, in order to understand the rhetoric effect pursued by the festivities organized by Francisco Xavier de Meneses, analysing its contribution to preserve Father António Vieira's memory.

Key-words: emblems, funeral ceremonies, Amazon River, Jesuit missions, Father António Vieira

O ruído que faz a grande fama também faz com que o grande seja de todos ruído, quando nas asas da fama se vê mais sublimado. Quem em as asas da fama voa também padece; porque não há asas sem penas, ainda que estas sejam as plumagens com que o benemérito se adorna. Só aos mortos costumamos dizer se fazem honras, e será porque, a não acabarem as honras com a morte, a ninguém consentiria aplausos o mundo e menos a inveja.

A propósito da reflexão sobre os artifícios do espaço e do tempo na construção da memória histórica e da identidade cultural, ganham particular significado estas lúcidas palavras de Padre António Vieira, colhidas no texto conhecido como *Sete propriedades da alma aplicadas as obrigações de hũa vallido*, que reproduz uma carta dirigida ao conde de Castelo Melhor, nomeado escrivão da puridade de D. Afonso VI em 1662. Afastado do círculo mais chegado do governante, o preceptor do falecido D. Teodósio discorre sobre a inconstância da Fama e transmite uma acutilante visão das pompas fúnebres que muito bem poderia retratar o cenário das suas próprias exéquias, celebradas em 1697.

O jesuíta português teve, de facto, o privilégio de se ver sublimado nas asas da Fama e experimentou altos voos, recebendo os louvores das mais prestigiadas cortes europeias, mas sofreu também duras humilhações infligidas pelos representantes do Poder, que em nome da Pátria o condenaram à custódia inquisitorial de Coimbra e o arrastaram para o exílio voluntário de Roma. Séculos mais tarde, Fernando Pessoa viria a elevar aos píncaros da glória celeste o génio literário do autor a quem coroou como “Imperador da língua portuguesa” e a crítica mais recente não tem cessado de ressaltar a importância de Padre António Vieira como embaixador da lusofonia (CASTRO, 2008), missionário, diplomata e defensor do diálogo intercultural, estabelecendo laços entre a selva amazónica e as cortes do Velho Continente (FRANCO, 2009).

Procurando contornar a *vexata quaestio* da ação vieirina no contexto da luta indígena contra o jugo colonial, nas vastíssimas margens do rio Amazonas, e sua ligação com o dealbar das concepções utópicas do Quinto Império, visto que se trata de um tema já desenvolvido por muitos investigadores, entre os quais Geraldo Mártires Coelho (2008), afigura-se pertinente trazer à colação as representações dessas missões amazónicas no discurso logo-icónico composto por ocasião das solenes exéquias realizadas em Lisboa para homenagear o falecido Padre António Vieira. Esta dimensão da arte efémera não tem merecido particular atenção dos estudiosos, mas parece-nos revestir-se de especial significado num momento em que se intensifica o interesse multidisciplinar pelo património material e imaterial, na senda da abordagem proposta pelos Estudos Culturais. A forma como a cabeça do Império se engalanou para prestar honras ao jesuíta que passara os derradeiros anos da sua existência na Bahia, chorando amargamente a mágoa de se ver proscrito, mostra bem como Vieira conseguiu triunfar sobre as mundanas inimizades, libertando-se das materiais leis da morte. Importa, pois, verificar em que medida as exéquias de 1697 contribuíram para a legitimação social da atuação do Payassu junto das comunidades indígenas, contrastando com a postura adversa mantida pelos contemporâneos ao longo da longa vida que o orador português também deixou pelo mundo em pedaços repartida.

Pese embora o facto de sersobejamente conhecida a errância de Vieira pelos mais diversos cenários humanos do globo terrestre, para apreciar devidamente o brilho das cerimónias fúnebres realizadas em Lisboa, torna-se imprescindível admirá-las à luz das tenebrosas circunstâncias que envolveram os derradeiros anos do pregador. Regressado da capital da Cristandade, onde a sua eloquente oratória recebera purpúreos aplausos e dourados louvores, Vieira teve consciência de que nunca deixaria de ocupar uma posição secundária na corte de D. Pedro II e não pôde conformar-se com o papel de reputado ministro da parénesse

barroca. A 27 de janeiro de 1681, resolveu-se, enfim, a deixar o solo pátrio, embarcando para o Brasil decidido a fazer voto de silêncio, como se entrasse para a perpétua sepultura. Refugiou-se, então, na quinta do Tanque, tendo como companheiro o padre José Soares, mas cedo retomou o comércio epistolar com a corte e começou a trabalhar na compilação completa dos frutos da sua *ars rhetorica*.

Para tão desesperado gesto contribuiu também o desgaste emocional provocado pela perseguição movida pelo Santo Ofício, cujo efeito devastador culminou na arruaça de Coimbra, desencadeada por um grupo de estudantes que simulara um auto-de-fé para queimar uma figura conotada com o jesuíta, no contexto da polémica questão dos cristãos-novos. Em carta dirigida ao Marquês de Gouveia, datada de 23 de Maio de 1682, o exilado alude a esse episódio que qualifica como “exorbitante agravo”, desabafando com despeito: “Não merecia António Vieira aos Portugueses, depois de ter padecido tanto por amor da sua pátria e arriscado tantas vezes a vida por ela, que lhe antecipassem as cinzas e lhe fizessem tão honradas exéquias” (VIEIRA, 1997, p. 465)¹.

Ainda que o pregador se mostrasse determinado a viver em retiro eremítico, a travessia transatlântica não o transportou para uma existência tão fúnebre como previa a sua retórica epistolar. Em 1688, mudou-se para o Colégio da Bahia e ocupou cargo de Visitador da Província do Brasil, para o qual já lhe faltavam as forças físicas, incapazes de acompanhar a energia das suas faculdades intelectuais. Manteve, além disso, regular correspondência com a nobreza lisboeta, esforçando-se por impedir que a perda da visão e as crescentes limitações auditivas lhe tolhessem o dom da palavra². Depois de ter padecido duros dissabores no deserto em que dizia viver, como atestam as cartas enviadas para o Velho Continente, o jesuíta recebeu a mortalha na Bahia, em 18 de Julho de 1697, tendo efetivamente recebido dos portugueses as mais “honradas exéquias”.

Só o passamento silenciou definitivamente a voz do pregador que repetidamente se mostrara incómoda para os poderes estabelecidos e logo estes se apressaram a celebrar solenes celebrações na igreja jesuíta de Salvador (CASTRO, 1997, p. 192-197). No dia seguinte, foi carregado até à sepultura pelos braços ilustres das autoridades civis e religiosas da cidade, que prestaram ao mudo cadáver as honrarias tantas vezes negadas ao discurso de Vieira (BARROS, 1746, p. 496). A fúnebre notícia demorou, porém, a atravessar o Atlântico, tendo chegado a Lisboa no dia 2 de Novembro, abordo do barco que trazia também o derradeiro dos prometidos doze tomos de *Sermões*. O Conde da Ericeira, D. Francisco Xavier de Meneses (1673-1743)³ pensou de imediato em organizar uma condigna celebração do génio falecido. No Palácio da Anunciada, preparou um certame poético em que intervieram

representantes dos colégios de Coimbra e de Évora, além de muitos outros cultores das Musas. Nessa ocasião, “a sempre discreta, e expressiva Poética” exprimiu-se em versos heroicos, elegíacos, epigramas, emblemas e nébias, “com elegância cantou as virtudes, e com ternura exprimio todos os affectos da dor na falta do Grande Vieyra” (BARROS, 1746, p. 499).

Muito mais espetacular foi, de facto, a cerimónia que teve lugar na Igreja de S. Roque, a 17 de dezembro do mesmo ano, também por iniciativa do erudito fundador da Academia Portuguesa (1717). As exéquias contaram com uma missa presidida pelo bispo de Leiria, a que se seguiu o Responso e o costumado ritual de incensar o túmulo, dando depois lugar à protocolar evocação laudatória do falecido, proferida por D. Manuel Caetano de Sousa (1658-1734)⁴. Do alto do púlpito, o orador soltou um discurso desenvolvido a partir de um conceito colhido nas palavras de S. Paulo (2 Timoth. 1, 11), ilustrando de forma sintética os principais atributos de Vieira: “*Positus sum ego Praedicator, & Apostolus, & Magister Gentium, ob quam causam etiam haec patior, sed non confundor*”⁵. Este tema aparecia transcrito numa tarja colocada na mão de um esqueleto com asas, junto de um retrato do defunto, fixado na parte interior da porta da Igreja. Segundo a *Relação* (SOUSA, 1730, p. 58), este troféu era ainda complementado com coroas de cipreste, relógios com asas e outros convencionais símbolos fúnebres.

Foi, então, posto em cena um espetáculo de requintado aparato, fazendo jus ao engenho do sufragado, às capacidades do dinamizador da iniciativa e à nobreza dos convidados⁶. O templo em que tantas vezes havia ressoado a potente voz do exímio orador jesuíta revelava-se, mais uma vez, demasiado pequeno para acolher os admiradores e os que o tinham tentado silenciar, nomeadamente os ministros do Conselho Geral do Santo Ofício ali presentes. Ao fúnebre obséquio concorreu uma verdadeira multidão de participantes, oriundos dos mais diversos grupos sociais, levando a crer que “quiz o alto destino da Providencia, por desagravo de suas antecedentes permissões, formar não tanto Exequias, como triunfo nesta vida ao Padre Antonio Vieyra à vista do Reyno todo” (BARROS, 1746, p. 501).

Não deixa também de ser significativo o facto de, trinta e três anos depois, D. João V ter apadrinhado o relato das “harmónicas e discretas lágrimas” vertidas nas exéquias de Lisboa (SOUSA, 1730, p. 55), lembrando, então, o espetáculo montado para impressionar as sensações dos presentes e estimular a memória dos futuros⁷. Manuel Caetano de Sousa (1730, p. 53), afirma claramente que “o fazer Exequias ao fénix, he obrigação natural de outro Fenix” e sugere, assim, uma analogia entre o prestígio do Conde da Ericeira e a supremacia de Vieira. Da relação do orador com D. Luís de Meneses, pai de Francisco Xavier, encontramos

prova na epistolografia, sendo pertinente lembrar que o autor da *História de Portugal Restaurado* pediu sincero parecer ao jesuíta sobre a obra e, em resposta datada de 23 de maio de 1689, o missionário contestou algumas linhas escritas a propósito de “negócios desvanecidos” no contexto da sua atuação diplomática. Defendendo-se das insinuações com base no secretismo das suas missões, o orador dá como exemplo da incompreensão de que foi vítima a sua partida para o Maranhão, interpretada como uma tentativa de chegar a Lima para incitar a um levantamento com o Potosi: “Sendo o meu intento querer antes arriscar a vida pelo Rei do Céu que pelo da terra, cuidaram muitos que aquela resolução não era minha, senão de el-rei e a muito diferente fim. Diziam: «Este Maranhão é maranha»” (VIEIRA, 1997, p. 586).

Esta postura missionária no Maranhão aqui reafirmada com veemência perante um historiador não foi esquecida nas exéquias, sendo importante destacar a declarada intenção de “eternizar as lágrimas” do Reino e da Companhia, sem deixar de lado os Gentios do Maranhão (SOUSA, 1730, p. 53). Depois de celebrar os feitos do falecido herói como pregador da Pátria e como apóstolo de Santo Inácio de Loyola, a terceira parte da fúnebre oração desenvolve o epíteto de *Magister Gentium*, também citado no conceito predicável. Manuel Caetano de Sousa exalta o trabalho pedagógico de Vieira junto dos índios do Maranhão, lembrando a iniciativa de compor catecismo em seis línguas nativas para facilitar a comunicação da fé. Além disso, o discurso panegírico ressalta que Vieira “naõ só empregou nas Missoens do Maranhão o inestimável preço do seu trabalho, senão também o do seu ocio, applicando para a despeza dellas quanto lucrava na impressão das suas obras” (SOUSA, 1730, p. 38). Deste modo, o teatino destaca a ação de Vieira na abertura das portas da Igreja Católica para nela entrarem os gentios, conduzidos pelos missionários, considerando, assim, que só o autor da *Clavis Prophetarum* podia ter desempenhado esse papel, à semelhança de S. Paulo⁸.

Procurando fundamentar a ação de António Vieira nas palavras proféticas das Sagradas Escrituras, Sousa (1730, p. 44) recorre a rebuscados artifícios exegeticos para criar uma imagem do povo indígena que o represente “convertido pelo abrazado zelo do nosso grande Missionario, senão que também o manifesta saudoso pela sua perpetua ausência, pela sua sempre chorada morte”. Comparando-os a “Jacinthos desmayados no sentimento, e Jacinthos saudosos nos suspiros”, o teatino insiste em ilustrar a dor dos povos amazônicos, chorando “aquelle grande Missionario que os livrava de cativeiro, que lhes dava o alivio, e que lhes convertia as almas” (SOUSA, 1730, p. 45).

Apresentando, pois, os feitos de pregador do Reino, apóstolo da Companhia e mestre dos indígenas como três fontes de lágrimas e causas de triplo triunfo, a oração fúnebre concede um lugar de destaque à representação da América nas celebrações de Lisboa. Não era, de facto, de todo despicienda a importância estratégica da colónia na afirmação política e económica do Reino. Em 1697, tinham já começado a chegar a Lisboa as remessas de ouro descoberto no Brasil em 1730, quando D. João V apadrinhou a publicação da *Oração fúnebre*, estava Portugal em processo de definição das fronteiras americanas que viriam a ser firmadas no tratado de Madrid, em 1750. Enquadrada neste contexto, parece-nos ganhar novo significado a figuração indígena nas exéquias, que não só cultivavam a notoriedade do homenageado, como traziam aos responsáveis a oportunidade de beneficiar da fama do evento. O sucesso da iniciativa muito ficou a dever à exuberância dos mecanismos logocónicos, sumariamente mencionados por Barros (1746, p. 500), pois estes apelos visuais contribuíam para atingir a finalidade retórica de *docere, delectare et movere*.

Para enfatizar a retórica do teatro montado em São Roque, importa lembrar que a cerimónia decorreu na igreja em semandava “lançar tapete de madrugada” para garantir a oportunidade de ouvir Vieira pregar, segundo testemunha Francisco Manuel de Melo (1980, p. 330), e onde a Companhia de Jesus fundara a primeira Casa Professa em Portugal. Não admira, portanto, que fossem exponenciados os procedimentos rituais das exéquias, armando altares revestidos a panos negros guarnecidos com “pinturas, hieroglíficos, emblemas, e empresas com versos Hebraicos, Gregos, Latinos, e nas línguas vulgares, com que os maiores engenhos de Portugal, e de outras partes de Europa cantaraõ sonora, e tristemente este Epicedio” (SOUSA, 1730, p. 58).

Verifica-se, portanto, que os compostos logocónicos marcaram impressiva presença no evento preparado para preitar a figura de Vieira em Lisboa e o mesmo tinha sucedido nas cerimónias do colégio jesuíta de Coimbra (BARROS, 1736, p. 269-275), pelo que se torna pertinente interpretar esta coincidência no contexto do Barroco português, tendo como referência a moldura europeia. Os estudos de emblemática conheceram, nas últimas décadas, um forte incremento a nível internacional, no sentido de demonstrar a extraordinária dimensão do fenómeno desencadeado pelo sucesso editorial do *Emblematum liber* (1531) do jurista milanês Andrea Alciato e sua recepção nas mais diversas manifestações da cultura ocidental. Na comunidade científica portuguesa, porém, esta área continua a ser subvalorizada, ainda que existam alguns exemplares muito expressivos da produção emblemática lusitana (AMARAL JR., 2008).

Impresso pela primeira vez em Augsburgo, o livrinho de Alciato primou pela originalidade de combinar imagens e palavras numa estrutura tripartida de natureza metafórica que juntava um lema (*inscriptio*), uma *pictura* e um epigrama (*subscriptio*), de forma a exprimir um determinado conceito edificante. Refletindo a sensibilidade da Era Moderna, esta nova tipologia literária associou-se às artes visuais, adaptando-se rapidamente às necessidades pragmáticas do seu tempo. Este tipo de linguagem mista oferecia, assim, um aliciante instrumento retórico e foieficazmente manipulada pela propaganda política e pelos mecanismos de evangelização, bem como pela pedagogia académica.

Influente em todas estas áreas, a Companhia de Jesus soube utilizar com particular mestria as potencialidades da *ars emblemática* e, por conseguinte, o recurso aos dispositivos logo-icónicos nas exéquias de Vieira espelha um procedimento comum nas cerimónias fúnebres do Barroco (Bouça, 1996) e especialmente significativo nas celebrações jesuítas. Seguindo a orientação da evangelização pós-tridentina, os discípulos de Loyola potenciaram a utilização das imagens com finalidades ascéticas e didáticas, procurando aprofundar uma tendência já ensaiada nos *Exercícios Espirituais*⁹. A importância estratégica dos compostos logo-icónicos nas atividades pedagógicas e na máquina propagandística da Ordem ficou, de resto, bem patente na publicação comemorativa do centenário da fundação da Companhia, intitulada *Imago primi saeculi Societatis Iesu* (1640), que representava a história da instituição através de emblemas.

Entre os discípulos de Loyola cresceram alguns dos principais teóricos da *ars emblematica* como Jacob Mansen, Pierre de Moyne e Ménestrier, responsáveis pela sistematização e pela promoção da linguagem logo-icónica enquanto meio de comunicar com os eruditos e com os incultos através de um código misto. Esse pressuposto levou até aos prelos uma vastíssima coleção de livros impressos que prova bem a sua vulgarização e a sua intenção de chegar ao público fora dos colégios (DALY; DIMLER, 1997-2005). Menos conhecida permanece, porém, a produção emblemática jesuíta que ficou manuscrita, sobretudo no que diz respeito às *affixiones* compostas para assinalar determinadas ocasiões festivas, concretizando uma prática prevista na *Ratio Studiorum*¹⁰. O plano de estudos aprovado pela Ordem em 1599 apresentava a criação de emblemas como exercícios de treino das competências adquiridas e como manifestações públicas de engenho, reconhecendo nesse instrumento didático a vantagem de estimular a criatividade e a imaginação.

O testemunho do célebre Colégio belga comprova que as *affixiones* não estavam confinadas a uma atividade didática, sendo também evidente a finalidade publicitária das apresentações abertas à sociedade e a motivação suplementar que essas ocasiões ofereciam

aos estudantes. Promovia-se, assim, a autoestima dos alunos e a imagem dos Colégios, ao mesmo tempo que se aproveitava a plasticidade retórica das “pinturas espirituais” para reproduzir a realidade e espelhar a espiritualidade jesuíta, de modo a explorar diferentes formas de retoricizar o género emblemático (PORTEMAN, 1996, p. 20). Entre os manuscritos que sobreviveram ao desmantelamento dos colégios jesuítas portugueses, figuram alguns exemplos de composições emblemáticas criadas para determinadas ocasiões festivas, a que se junta o facundo testemunho das relações de eventos espetaculares através dos quais as comunidades inicianas ostentavam o seu engenho.

De acordo com este enquadramento, torna-se, pois, mais perceptível o significado retórico dos emblemas compostos para celebrar as exéquias do distinto jesuíta na primeira Casa Professa da Companhia. O programa iconográfico concebido pelo autor da *Henriqueida* espelha a ligação da Ordem à tradição emblemática, recorrendo também aos mecanismos logo-icónicos para incrementar a exibição de agudeza. Nas cerimónias barrocas, a ostentação sensorial era um dos traços mais expressivos, procurando encenar um persuasivo teatro didático através de elaborados dispositivos de manipulação demagógica. As cerimónias fúnebres propiciavam, assim, a dinamização de programas simbólicos que celebravam uma determinada individualidade ao mesmo tempo que transmitiam uma mensagem ideológica associada. Nas exéquias de 1697, por exemplo, facilmente se percebe o intuito de honrar Vieira, a Companhia que representava e a causa real que serviu. Este esquema artificioso foi, de resto, prodigamente usado pela máquina propagandística das instituições políticas, que aproveitava o falecimento das figuras ligadas às casas reinantes para colocar os rituais de morte e de piedade barroca ao serviço do poder instituído, de modo a criar uma sinergia popular em torno da família real (Bouça, 1996).

Era, muitas vezes, favorecida a publicação de relatos alusivos a eventos desta natureza, o que mostra bem o apoio das estruturas administrativas à circulação de tais opúsculos, como a descrição das exéquias de Vieira. Estes instrumentos de comunicação desempenharam um papel determinante na construção da memória histórica, uma vez que prolongavam a existência efémera das cerimónias materiais. A impressão tardia da *Relação breve das exéquias do Reverendíssimo Padre António Vieira* vem precisamente atestar o interesse estratégico pela preservação do registo iconográfico da celebração montada na igreja de São Roque, permitindo publicitar a memória do falecido, a eloquência do orador fúnebre, a imagem da Companhia, a fama do autor dos emblemas e, importa sublinhar, a própria política régia.

Neste sentido, recorde-se que, à entrada da Igreja, perfilava-se um troféu com o retrato do falecido, cujos cantos tinham encaixados quatro emblemas, que a *Relação* (1730, p. 58) atribui à inventiva do Conde da Ericeira “como as empresas de toda a mais idéia”. Ornamentando a imagem do jesuíta, estes artificios ilustravam o perfil intelectual do homenageado, uma vez que cada um dos compostos falava uma das línguas em que o pregador tinha escrito. Além disso, este conjunto ecoava conceito predicável do sermão fúnebre pregado por Manuel Caetano de Sousa, transcrevendo as palavras de S. Paulo na *inscriptio* de cada emblema.

O primeiro composto tinha como lema *Theologia Perfecta*, por cima da expressão *Magister gentium*, ilustrada pela pintura de uma esfera celeste sustentada por Atlante, seguida de um epigrama em latim. No alto do segundo emblema, lia-se *La eloquencia muda Praedicator*, reproduzindo uma imagem de Mercúrio com o caduceu a tocar os cem olhos de Argos e, por baixo, quatro versos em castelhano. O terceiro dispositivo logo-icónico conjugava o mote *La Religione Propagata* com o título de *Apostolus* e com a gravura de uma barca entre dois mundos, tocada pelo tridente de Neptuno, precedendo uma quadra em italiano. Por fim, o emblema escrito na língua materna apresentava na *pictura* um rouxinol perseguido por um esmirilhão, sob o lema: *Fidelidade incorrupta*, a que se acrescentava o derradeiro excerto do conceito predicável: *Patior, sed non confundor*.

Espelhando o interesse crescente pela encenação da morte ao longo do Barroco, a celebração organizada pelo Conde da Ericeira trazia para a ribalta um dos elementos mais enriquecedores da oratória vieirina: a retórica que entrelaça imagens e palavras. Beneficiando do efeito eloquente das metáforas tanatológicas divulgadas pela parenética e pela poesia, a emblemática usada nas exéquias de Vieira explora um discurso a que os espetadores não ficariam indiferentes, independentemente da disparidade dos níveis de competência interpretativa de cada um. Nestes compostos logo-icónicos, o Conde da Ericeira deu a conhecer seu saber no domínio da *ars emblematica*, que era dinamizada pelos jesuítas, além de ser cultivada pelos membros da Academia dos Generosos, cuja presidência o fidalgo assumira desde 1693. Importa lembrar que, nessas sessões, Marques Lésbio tinha já proferido algumas lições sobre os *Emblemata* de Alciato, divulgando os motivos e as técnicas do género impulsionado pelo jurista milanês. Não era, de todo, inédita a aplicação dos compostos logo-icónicos em celebrações festivas da corte portuguesa, nem tampouco o aproveitamento em espetáculos de exéquias; no entanto, cumpre assinalar que a sumptuosidade do sufrágio realizado em São Roque competia com o aparato das cerimónias funéreas da Casa Real¹¹.

Tal como definia o protocolo fúnebre, havia um cenotáfio erigido na parte central da igreja, também decorado com composições logo-icónicas. No cimo de três degraus, erigia-se um templo com oito colunas dóricas, todas de charão negro e prata, atadas com festões primorosamente entalhados e sobre as quais assentava uma cúpula. Dentro deste domo estava a essa, revestida por um riquíssimo brocado preto e dourado, sobre o qual repousava o barrete da Companhia coroado. Na parte superior, voavam quatro cisnes quase suspensos, levando uma estátua da Eternidade com a tradicional insígnia da serpente a morder a cauda (*ouroboros*). Multiplicava-se o efeito luminoso do cenário com urnas de prata com água benta e inumeráveis tocheiras, luzes e círios colocados em torno do catafalco e dispersos por toda a igreja.

Reproduzindo o impacto visual do evento, a *Relação* descreve as trinta e duas empresas pintadas nas bases das oito colunas, registando os respetivos lemas e imagens. Enquanto os emblemas do troféu pretendiam enfatizar os quatro tópicos abordados no sermão, as empresas do cenotáfio, constituídas apenas por *inscriptioe pictura*, seguem os convencionais eixos temáticos das exéquias: o elogio do defunto, a reflexão sobre a morte, o lamento da perda e a imortalidade da alma (BOUÇA, 1996, p. 68). O relato não especifica a distribuição destes elementos pelas colunas, mas importa reconhecer uma relativa originalidade nas combinações semânticas dos compostos linguístico-visuais.

As imagens remetem para várias categorias de motivos tradicionais, com particular destaque para os corpos celestes (sol, mundo, estrelas, via láctea), elementos do mundo animal (borboleta, águia, abelhas), seres do domínio vegetal (cipreste, girassol) e representantes do universo marítimo (concha, água, praia). Evidencia-se também a presença significativa de um vasto grupo de objetos associados ao percurso biográfico e espiritual de Vieira, tais como o bordão, a ara, a balança, o globo de vidro, o compasso, a vela, a forja, o martelo, a lágrima de vidro, o cadeado, o espelho, o carro, o caduceu, a urna, os livros e o labirinto. A seleção dos lemas latinos lança mão de algumas transcrições de autores clássicos, seguindo as regras de composição estipuladas pelos teóricos da *ars emblematica*, como Giovio.

Os epigramas dos quatro emblemas afixados no troféu da entrada parecem, porém, ser inéditos e importa lembrar a forma como se articulam com os principais atributos de Vieira, tal como foram invocados pelo conceito predicável da oração fúnebre. O primeiro composto intitulava-se *Theologia perfecta* e procurava ilustrar o modo como o missionário compreendeu todos os mistérios teológicos, passando a exercer a função de “Mestre dos gentios” (*Magister gentium*). E se o discurso de Caetano de Sousa procurava identificar este

epíteto com o papel pedagógico de Vieira no Maranhão, o emblema propõe uma leitura mais abrangente, sugerindo que o magistério do jesuíta lhe permitiu entrar nos mais recônditos recantos da Teologia, passando a ter acesso ao entendimento global no momento em que se despediu da vida.

*Nunc ego perfecte cognosco arcana Tonantis,
Vertice, dum tango, sydera celsa meo.
Haec tamen in puro fugientis flumine vitae
Virtutum cerni, numina posse dabant*¹².

Conjugado com estas palavras, a figura do Atlante refletida no rio representativo da fugacidade da vida (*fugientis flumine vitae*) espelha a ideia de revelação da Verdade que sustenta o Universo. Qual gigante capaz de carregar o mundo nos ombros, Vieira procurou desvendar os mistérios teológicos com o seu labor, mas só acedeu à sua contemplação plena através da morte que lhe assegurou a passagem para a vida eterna. O segundo emblema recriava famoso episódio mitológico em que Mercúrio fez adormecer os cem olhos de Argos com a flauta, sugerindo que o desaparecimento do *Praedicator* deixara muda a própria eloquência, como uma flauta quebrada.

A missão de Vieira como *Apostolus* propagador da fé estava bem representada no terceiro composto que tinha como mote *La Religione propagata* e desenvolvia, no epigrama em italiano, a ideia da expansão evangelizadora através dos mares. A Companhia tornou-se um verdadeiro veículo de propagação religiosa nos territórios a que chegaram as naus lusitanas, aproveitando os bons ventos do sonho ultramarino. Essa dupla atuação no campo da missionação e da diplomacia encontrou em António Vieira um sublime embaixador, sendo evidente, por isso, a leitura política do derradeiro emblema. Sob o lema *Fidelidade incorrupta*, lia-se a parte final do conceito predicável: *Patior, sed non confundor*, a que se juntava a imagem de um rouxinol a recolher-se no ninho, perseguido por um esmirilhão. O epigrama, escrito em português, tornava mais claro o sentido da analogia com o homenageado, afirmando: “Por não perder a fê ao pátrio berço, aos perigos se expoem, vence os furores, e a sua voz suave entre os horrores, as atenções suspende do Universo” (SOUSA, 1730, p. 59).

Muitos foram, de facto, os perigos a que se expôs António Vieira ao serviço do “pátrio berço”, mostrando igual firmeza nos percursos pelas cortes europeias e nos caminhos da selva amazónica, de modo a “vencer os furores”. Numa época em que a presença portuguesa na América do Sul não só foi duramente fustigada pelas lutas entre colonos e nativos, como sofreu ataques dos inimigos holandeses e franceses, importa salientar a atuação estratégica do jesuíta, que desembarcou em S. Luís no dia 16 de janeiro de 1653. De Lisboa partiu Vieira com o orgulho ferido pela consciência de que a nomeação como Superior das Missões no

Maranhão e Grão Pará simulava uma tentativa de afastar dos negócios mundanos, tendo em conta a tensa relação da Companhia com o Poder terreno. O Jesuíta procurou, então, apaziguar os furores e erguer a sua “voz suave entre os horrores” para levar os valores da Coroa portuguesa ao interior da Amazônia.

As cartas enviadas pelo missionário ao longo dos nove anos seguintes mostram bem os contornos dessa vivência espiritual e humana, transportando até à corte brigantina a denúncia das penas infligidas aos autóctones, desde o Maranhão até o Amazonas, em nome da prosperidade da colônia e em favor do enriquecimento dos colonos. Na missiva enviada a D. Teodósio de Bragança, em 25 de janeiro de 1653, Vieira (1997, I, p. 291) mostra-se conformado com a sua nova função e descreve um cenário de extremo desamparo espiritual, concluindo que “portugueses e índios todos se vão ao Inferno”. Solicita, por isso, que o príncipe providencie no sentido de enviar “muitos mestres da fé a ensinar e reduzir a Cristo estas gentilidades; e persuada-se V. A., meu príncipe, que lhe hão-de prestar mais a V. A., para a defesa e estabilidade do Reino, os exércitos de almas que cá se reduzirem que os de soldados que lá se alistarem”.

Da luta travada em defesa da catequização dos indígenas, contra a ambição dos colonos e promovendo o estatuto da Companhia, dão eloquente testemunho as cartas e os sermões do jesuíta, sendo este um filão sobejamente explorado. Cumpre, porém, trazer à colação esse enquadramento para interpretar a relevância da representação das missões amazônicas nas exéquias de 1697. Na primeira carta enviada a D. João IV, em 20 de Maio de 1653, o recém-empossado Superior das Missões no Maranhão e Grão Pará apontava a falta de religiosos como principal causa dos tumultos no Brasil, porque se afastavam os colonos do verdadeiro espírito de cristãos e não havia meios para apaziguar a natural reação indígena ao sofrimento que lhes era injustamente inculcado. Afirmava, então, Vieira (1997, I, p. 304):

(...) Concorrendo a graça divina com esta disposição dos instrumentos humanos, os índios se reduzirão facilmente à nossa amizade, abraçarão a fé, viverão como cristãos, e com as novas do bom tratamento dos primeiros trarão estes após de si muitos outros, com que, além do bem espiritual seu, e de todos seus descendentes, terá também a república muitos índios que a sirvam e que a defendam, como eles foram os que em grande parte ajudaram a restaurá-la.

Aludindo ao providencial auxílio dos autóctones na expulsão dos holandeses, que tinham ocupado o Maranhão na década anterior, o valido de D. João V procura seduzir o monarca para aceitar uma mudança de paradigma na relação com os índios, apresentando-os como seres moldáveis. Deste modo, os povos naturais do Brasil surgem como potenciais almas passíveis de se converter ao Cristianismo e de servir como cidadãos a Coroa

portuguesa, merecendo, por isso, as benesses do novo Regimento que António Vieira conseguiu fazer aprovar pela Corte, em abril de 1665. Amainou, então, o ânimo hostil dos indígenas, mas recrudescceu proporcionalmente o ódio dos opressores, com o apoio das autoridades locais.

Cumprindo o dever espiritual de evangelizar uns e outros com a doutrina dos valores celestes, Vieira posicionava-se também como agente político, colocando o seu talento retórico, o seu conhecimento linguístico e o seu poder intelectual ao serviço de Deus, da Companhia e do Reino. Procurou pregar aos colonos, de modo a inverter a animosidade manifestada contra a dinâmica jesuíta junto da população indígena, confiante no poder da palavra, como refere na citada carta ao Provincial do Brasil (VIEIRA, 1997, I, p. 330):

(...) Uma vez que subi ao púlpito, e preguei o Evangelho de Cristo, foi tanta a sua eficácia e autoridade, e tal o respeito que nós concebíamos com ela, que mudados num momento os juízos e vontade de tantos homens, e tão interessados, anoitecemos amados, respeitados, louvados e seguidos dos mesmos que, na manhã do mesmo dia, nos aborreciam, nos murmuravam, nos perseguiram, e tanto a seu pesar nos tinham entre si.

Esforçando-se igualmente por comunicar com os autóctones nas suas línguas maternas, o Crisóstomo português quebrou as barreiras do entendimento e conseguiu conquistar a confiança dos assassinos do padre Figueira. Sinal bem expressivo dessa alteração de comportamento dos Nheengaibas, de Marajó, é o facto de lhes ser atribuída a autoria do cognome Payassu, em reconhecimento da proteção que o “Pai Grande” concedeu às populações locais¹³. No conhecido *Sermão do Espírito Santo*, pregado na Igreja da Companhia de Jesus, em 1657, tendo como principais ouvintes os religiosos que iam partir para o Rio Amazonas, o Superior das Missões sublinhava a necessidade de formar mais operários para a grande messe, alertando para a infinita diversidade humana das margens do Amazonas: “Tantos são os povos, tantas e tão ocultas as línguas, e de tão nova e nunca ouvida inteligência” (VIEIRA, 1959). Nessa prédica, repetiu o orador a sua convicção de que o sucesso da conversão dos índios dependia da perseverança dos missionários, desvalorizando a alegada rudeza das gentes:

Há umas nações naturalmente duras, tenazes e constantes, as quais dificilmente recebem a fé e deixam os erros de seus antepassados; resistem com as armas, duvidam com o entendimento, repugnam com a vontade, cerram-se, teimam, argumentam, replicam, dão grande trabalho até se renderem; mas, uma vez rendidos, uma vez que receberam a fé, ficam nela firmes e constantes, como estátuas de mármore: não é necessário trabalhar mais com elas. Há outras nações, pelo contrário — e estas são as do Brasil —, que recebem tudo o que lhes ensinam, com grande docilidade e facilidade, sem argumentar, sem replicar, sem duvidar, sem resistir; mas são estátuas de murta que, em levantando a mão e a tesoura o jardineiro, logo perdem a nova figura, e tornam à bruteza antiga e natural, e a ser mato como

dantes eram. É necessário que assista sempre a estas estátuas o mestre delas: uma vez, que lhes corte o que vicejam os olhos, para que creiam o que não vêem; outra vez, que lhes cerceie o que vicejam as orelhas, para que não dêem ouvidos às fábulas de seus antepassados; outra vez, que lhes decepe o que vicejam as mãos e os pés, para que se abstenham das ações e costumes bárbaros da gentildade. E só desta maneira, trabalhando sempre contra a natureza do tronco e humor das raízes, se pode conservar nestas plantas rudes a forma não natural, e compostura dos ramos.

Esta inspirada analogia ilustra bem o empenho jesuíta em manter as missões conciliatórias nos confins da Amazônia, tendo Vieira participado nelas com particular envolvimento para conseguir a Paz do Mapuá, em 1659. Lutando pelos direitos dos índios, o padre acicatou a hostilidade dos colonos, tendo os focos de oposição em S. Luís e Belém ditado a prisão do pregador, deportado para a pátria no ano de 1661, onde viria a enfrentar uma das maiores provações da sua passagem pelo vale de lágrimas terreno. À luz destes acontecimentos, ganha maior expressividade a linguagem emblemática das sumptuosas exéquias que a corte de D. Pedro II organizou para aplaudir a figura de Padre António Vieira, a quem as vicissitudes do Poder tantas vezes empurraram para o exílio voluntário ou involuntário.

Em consonância com o discurso epidíctico de Caetano de Sousa, os emblemas do Conde da Ericeira exaltavam quatro atributos do homenageado: a teologia perfeita do Mestre dos gentios que procurou também converter os colonos; a eloquência muda do Apóstolo que cativava pelas ações; o espírito evangelizador do Pregador jesuíta que estabeleceu uma ponte entre o Velho e o Novo Mundo; e a fidelidade incorruptado diplomata, que nunca deixou de servir a Coroa portuguesa. Aos olhos dos espetadores que assistiram ao espetáculo de São Roque, António Vieira surgiu representado como um Atlante capaz de suportar a esfera celeste, imitando Mercúrio na arte de seduzir as almas através da retórica. Além disso, o pregador aparecia associado à imagem de um navio responsável pela travessia transatlântica da fé e tomava a forma de um rouxinol perseguido pelos predadores, que tentavam silenciar a ave canora. Neste contexto fúnebre, a retórica logo-icónica pretendia reconstruir uma figuração heroica de Vieira, depurando-a das vicissitudes circunstanciais que revestiram de polémica a gesta humana do exímio orador.

Promovendo uma memória acrisolada das missões amazónicas do jesuíta, de modo a esbater os pormenores mais incómodos para o registo oficial dos acontecimentos, os compostos emblemáticos foram claramente usados como instrumentos demagógicos ao serviço dos poderes instituídos, seguindo a tendência das aparatosas festividades das cortes barrocas, que recorriam a exuberantes mecanismos propagandísticos para alcançar a

vinculação ideológica do público. Nesta perspectiva, os dispositivos logo-icônicos de São Roque refletem uma estratégia comunicativa desenvolvida para amplificar o discurso de sedução da arte barroca, com a finalidade de harmonizar as palavras e as imagens num formato atraente, de modo a impressionar o interlocutor, levando-o a memorizar a mensagem e a agir em conformidade, à semelhança do que acontece com as campanhas publicitárias da atualidade (MCCALL PROBES; MÖDERSHEIM, 2014).

Tal como havia prognosticado, só a morte consentiu que a inveja do mundo lhe prestasse as devidas honras, vencendo, enfim, o furor dos inimigos que não conseguira derrotar em vida. As missões amazônicas de Payassu receberam, assim, um aplauso coletivo, certamente ditado pelo floreado retórico do evento, já destacado por Banha de Andrade (1966, p. 152), ao afirmar que as “pomposas exéquias” foram “o início da glorificação póstuma e natural sequência dos louros que alcançara nos púlpitos de Portugal, Brasil e Itália”¹⁴. Na parte inferior do engenhoso artifício fúnebre, estava desenhado um sepulcro a partir do qual brotava um loureiro com o verso *Et tumulum facite, et tumulo superaddite carmen*, transcrevendo um verso da égloga V de Virgílio, para lembrar que não bastava erigir um túmulo a tão ilustre homem, era preciso acrescentar-lhe um canto celebrativo.

Não sendo uma manifestação exclusiva do contexto português, as exéquias e suas emblemáticas construções de arte efémera têm sido resgatadas do esquecimento a que foram votadas pelo registo historiográfico, assumindo-se hoje como um aspeto da herança imaterial do Barroco. Afigura-se, pois, de toda a justiça convocar o testemunho das festividades de 1697 para mostrar de que modo contribuíram para que a memória dos tempos viesse a celebrar o polémico Payassu como *Magister gentium*, atualmente reconhecido como um dos alicerces mais firmes do património cultural lusófono.

REFERÊNCIAS

AMARAL JR., Portuguese emblematics: an Overview. In: Luís GOMES (ed.), *Mosaics of Meaning. Studies in Portuguese Emblematics, Glasgow Emblem Studies*, nº 13, 2008, p. 1-20.

ARAÚJO, Filipa. *Verba significant, res significantur: a receção dos Emblemata de Alciato na produção literária do Barroco em Portugal*. Coimbra, tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras, 2014.

ARAÚJO, Joel. *António Vieira, entre o degredo e a Pátria: percursos de saudades*. Coimbra: tese de mestrado apresentada à Faculdade de Letras, 2010.

BANHA DE ANDRADE, António. *Verney e a cultura do seu tempo*. Coimbra: Por Ordem da Universidade, 1966.

BARROS, André de. *Vida do Apostolico Padre Antonio Vieyra*, Lisboa, Na nova Officina Sylviana, 1746.

BARBOSA MACHADO, Diogo. *Bibliotheca Lusitana*. Lisboa: Bertrand, 1930 (t. I), 1933 (t. II e III).

BOUÇA, Anabela. *Os Grandes na Morte. Ensaio sobre literatura emblemática funeral (sécs. XVII-XVIII)*. Porto, Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras, 1996.

CASTRO, Aníbal Pinto de; MATOS, Artur Teodoro. *O Padre António Vieira e o Mundo de Língua Portuguesa*. Lisboa: EPAL/ CEPCEP, 2008.

CASTRO, ANÍBAL PINTO DE. *António Vieira: uma síntese do Barroco luso-brasileiro*. Lisboa: CTT, 1997.

COELHO, Geraldo Mártires. Vieira, a Amazônia e o mundo profetizado. *Ideação*, v. 20, 2008, p. 53-69.

DALY, Peter; DIMLER, Richard. *Corpus Librorum Emblematum. The Jesuit Series*. Toronto, University of Toronto Press, 1997-2005.

FRANCO, José Eduardo. *Entre a selva e a corte. Novos olhares sobre Vieira*. Lisboa: Esfera do Caos, 2009.

MCCALL PROBES, C.; MÖDERSHEIM, S. *The Art of Persuasion: Emblems and Propaganda, Glasgow Emblem Studies*, nº 17, 2014.

MELO, D. Francisco Manuel de. *Cartas familiares*. Prefácio e notas de Maria da Conceição Morais Sarmiento. Lisboa: INCM, 1980.

MONTEIRO, Ofélia. *No alvorecer do "Iluminismo" em Portugal: D. Francisco Xavier de Meneses 4º Conde da Ericeira*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1965.

PORTEMAN, Karel. *Emblematic exhibitions at the Brussels Jesuit College (1630-1685): a study of the commemorative manuscripts (Royal Library, Brussel)*. Turnhout, Brepols, 1996.

SOUSA, Manuel Caetano de. *Oração funebre nas exequias do Reverendissimo Padre Antonio Vieira da Companhia de Jesu, Pregador dos Reys D. João IV, D. Afonso VI e D. Pedro II que na Igreja de S. Roque fez celebrar o Conde da Ericeira D. Francisco Xavier de Menezes, em 17 de Dezembro de 1697*. Lisboa Occidental, na officina de Joseph Antonio da Sylva, 1730.

VIEIRA, António. *Cartas*. Coordenadas e anotadas por J. Lúcio de Azevedo. Lisboa: INCM, 1997, vol. III.

VIEIRA, António. *Sermão do Espírito Santo*. In: Gonçalo ALVES (ed.). *Obras Completas de Padre António Vieira, Sermões*. Porto: Lello, 1959, t. V, p. 397-433.

VIEIRA, António. *Vozes saudosas, da eloquencia, do espirito, do zelo, e eminente sabedoria do Padre Antonio Vieira, da Companhia de Jesus (...) Tudo reverente dedica ao Principe nosso senhor o P. André de Barros*. Lisboa: officina de Miguel Rodrigues, 1736.

NOTAS

¹Esta amargurada denúncia do injusto desdém infligido a quem servira o seu Reino com tanto amor repete-se em outras cartas do jesuíta redigidas nos períodos em que o orador se viu forçado a deixar a terra lusitana, constituindo um dos tópicos da poética do exílio presentes na epistolografia vieirina (ARAÚJO, 2010, p. 107).

²Não deixa de ser significativo que na última carta endereçada à Rainha D. Catarina, em 24 de junho de 1697, procurasse ainda aconselhá-la para interceder junto do irmão, de modo a influenciar a posição de Portugal face às pretensões de França ao trono espanhol. Quebrado pelo inexorável peso da velhice, corroído pelo orgulho ferido, despeitado pela ingratidão da sua pátria, continuava, porém, o “fiel vassalo e criado da Casa Real” a beijar as mãos da soberana de quem recebera proteção para publicar o tomo XI dos *Sermões*, confessando que a esperança e a única consolação do seu desterro era receber novas de Portugal (VIEIRA, 1997, p. 710).

³Para conhecer a vida e a obra deste Homem de Letras, que foi presidente da Academia dos Generosos e também dirigiu a Academia Real, veja-se Barbosa Machado (1933, p. 266-272), bem como o estudo de Monteiro (1965). Note-se que o Conde da Ericeira impulsionou como mecenas a publicação das *Vozes saudosas da eloquência, do espírito, do zelo e eminente sabedoria do Padre António Vieira*, dadas à estampa por André de Barros em 1736. Nesse volume, foram estampadas algumas relíquias literárias do exímio pregador, a par das composições fúnebres criadas em sua homenagem.

⁴Na página de rosto, especifica-se que a obra foi mandada imprimir por ordem de D. João V, que assim quis juntar o seu nome à Fama do Sábio português, e indica-se também a inclusão da *Relação breve das exéquias do Reverendíssimo Padre António Vieira, que o Conde da Ericeira fez celebrar na Igreja de S. Roque da Casa Professa da Companhia de Jesus* (p. 57-64). Sobre o percurso biográfico e a notável produção literária de Manuel Caetano de Sousa, frade teatino que esteve entre os fundadores da Academia Real da História Portuguesa, consulte-se o verbete de Barbosa Machado (1933, t. III, p. 198-208). O Conde da Ericeira sentia um especial apreço pelo pregador das exéquias, tendo-lhe redigido o catálogo das obras intitulado *BibliothecaSouzana* (Lisboa, 1736).

⁵Tradução: “Fui constituído pregador, apóstolo e mestre de gentios, e também por esse motivo sofro, mas não me deixo perturbar”.

⁶Segundo o biógrafo de Vieira, a generosidade do Conde foi recompensada por um golpe da fortuna, tendo sido reembolsado da avultada quantia dispendida através do jogo, “e desta sorte lhe correspondeo do Ceo a alma do Padre Vieyra”, tal como “o fez na terra a Companhia”, prestando esplendorosas exéquias ao fidalgo (BARROS, 1746, p. 504). Ao fúnebre obséquio parece ter concorrido toda a elite do Reino, beneficiando do facto de coincidir com as Cortes agendadas para o juramento do Príncipe D. João, segundo se diz na *Relação* (1730, p. 52).

⁷Comprovando o caráter excepcional das celebrações, convém referir que o acompanhamento musical esteve a cargo de dois coros, de acordo com o compasso dirigido pelo Mestre da Capela Real, António Marques Lésbio, e tal só costumava suceder em cerimónias régias.

⁸A oração procurou louvar “aquelle esclarecido Varão, em quem o Reyno de Portugal deu hum incomparavel Pregador, em quem a Illustrissima Religião da Companhia de Jesus produzio hum insigne Apostolo, em quem a Gentilidade do Maranhão teve hum incançavel Missionario” (SOUSA, 1730, p. 2). A estratégia encomiástica passava pela equiparação do jesuíta a figuras imortais, quer no âmbito da hagiologia (S. Paulo e S. António), como no plano literário, comparando-o a Petrarca.

⁹Destaca-se, entre os vários exemplos de livros de emblemas criados por jesuítas, os *Pia Desideria* (1624) de Herman Hugo, que propõem uma aplicação dos emblemas à representação emotiva dos aspetos da vida religiosa, de modo a promover a meditação e a elevação da alma. Esta obra circulou em Portugal e deu origem a diferentes adaptações, como o *Reyno de Babilónia* (1749) de Leonarda Gil da Gama. Sobre a publicação de livros de emblemas jesuítas em Portugal, veja-se, entre outros, o estudo de Araújo (2014, p. 632-646).

¹⁰Os testemunhos do Colégio de Bruxelas impressionam, de facto, pela qualidade das gravuras coloridas e pela variedade de temas, como se pode ver na publicação de KarelPorteman (1996).

¹¹Recorde-se, a título de exemplo, os emblemas aplicados no requintado programa iconográfico traçado para chorar o passamento de D. Maria Sofia de Neoburgo, em 1699.

¹²Tradução: Agora conheço eu todos os mistérios de Júpiter Tonante, quando toco nos altos céus com o cimo da minha cabeça. E isto vai permitir que os poderes das virtudes possam ser vistos no rio puro da vida que foge.

¹³Na região de Tocantins, situada na Amazónia, protagonizou Vieira um dos episódios mais representativos da sua ação missionária. Tal como relata na carta ao provincial do Brasil, datada de 1654, o pregador fora convidado pelo capitão-mor Inácio do Rego Barreto a promover uma expedição ao aldeamento, mas descobriu, durante os preparativos, que o propósito do governante era inserir na caravana algumas pessoas interessadas na escravização dos índios, para depois os capturar. A narrativa do exímio orador tem um inestimável valor literário e documental, relatando com mestria as dificuldades enfrentadas nas águas e os perigos vencidos em terra,

contendo ainda descrições dos ciclos naturais e observações etnográficas a que não podia ficar indiferente a elevada sensibilidade espiritual do jesuíta.

¹⁴A propósito das “sumptuosas exequias à memória do Príncipe dos Oradores Evangelicos”, Barbosa Machado (1930, p. 412) observa que o insigne Mecenas “não perdoando a genero algum de dispendio a sua profusa liberalidade mandou levantar huma soberba maquina que occupava grande parte do Templo animada de muitos emblemas, e poesias de diversos metros, e linguas, e illuminada com grande copia de luzes”.